

Escrit(ur)a acadêmica inscrição de si no discurso universitário-científico

Marluza T. da Rosa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROSA, M.T. Escrit(ur)a acadêmica: inscrição de si no discurso universitário-científico. In: AGUSTINI, C., and ERNESTO, B., eds. *Incursoes na escrita acadêmico-universitária: letramento, discurso, enunciação* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2017, pp. 121-140. ISBN: 978-65-86084-26-9. <https://doi.org/10.7476/9786586084269.0008>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Escrit(ur)a acadêmica: inscrição de si no discurso universitário-científico

Marluza T. da Rosa

A escrita acadêmica tem sido o alvo de diversas problematizações e é vista como um dos grandes desafios de nossas universidades contemporaneamente. Objeto dos estudos sobre gêneros textuais/discursivos e sobre os novos letramentos (Fiad, 2011), a escrita na universidade assume um lugar de destaque dentro dessa instituição, possibilitando a solidificação de um círculo de pesquisas que se dedica ao chamado letramento acadêmico (Bonini; Figueiredo, 2010). Além disso, a escrita científica tem sido o foco de diversos cursos e *workshops* de caráter instrumental, presenciais e a distância¹, com vistas a familiarizar os estudantes e futuros pesquisadores com as exigências desse outro gênero ou desse novo universo de sentidos. Cabe ainda mencionar os trabalhos que visam a questionar seus “usos e abusos” (Pereira, 2013) ou, por outro lado, os que se dedicam a compreender o mal-estar subjetivo causado por essa prática (Uyeno, 2010).

¹ Conferir, por exemplo, o site Escrita Científica, que se atribui o objetivo de “qualificar cientistas, pesquisadores e alunos de pós-graduação para o processamento e produção de Artigos Científicos de Alto Impacto” em <<http://www.escritacientifica.com/pt-BR/>>. Acesso em: 10 maio 2015. Cf. Pereira, Marcos Villela. A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável. *Revista Brasileira de Educação*, v.18, n.52 jan.-mar., 2013, p.213-244. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/13.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

Nessas diferentes pesquisas, escrita acadêmica, escrita científica, escrita universitária e escrita na universidade são sintagmas oscilantes, que parecem apontar para a mesma prática, a de escrever a partir de determinado domínio, de um dado lugar de produção de saberes. Mas trataríamos da mesma “coisa”, apenas com diferentes nomes? Em que medida a inserção da escrita no ambiente acadêmico significa-a diferentemente? Não é difícil percebermos que essas múltiplas formas de se referir a esse fazer visam, prioritariamente, a distingui-lo da escrita escolar, da escrita jornalística, da escrita cotidiana. Instaure-se, assim, em um primeiro tempo, uma diferenciação entre a escrita “acadêmica”, com seus graus de eruditismo, ou a escrita “científica”, com sua clareza e objetividade, e a escrita ordinária, simples, feita por pessoas comuns. Estabelece-se, portanto, uma hierarquia.

Tal diferenciação ainda vai além da simples nomenclatura, porque obedece a uma ordem que se exerce principalmente no âmbito formal e influencia a imagem de quem escreve por meio daquilo que se escreve. Não se trata, pois, de um sintagma qualquer, uma vez que a justaposição de “científica” ou “acadêmica” ao termo escrita (para falarmos apenas dessas duas aposições) destaca essa prática das demais, situando-a em outras condições de produção, regradas pela ciência, pela universidade, pela academia, pelo discurso científico, com todos os efeitos de sentido e o imaginário que os circundam. Essa ordem de discurso seleciona, secciona, regulariza suas práticas e as direciona a fins específicos, que são os seus e não necessariamente os das subjetividades aí inscritas. Pelo contrário, ela produz modos de subjetivação adequados a seu funcionamento, objetivando o sujeito, seja por meio da racionalização e do status científico, seja pela relação de dependência entre esse status e sua produção.

Este trabalho toma como ponto de partida, não o escrever enquanto processo de imprimir signos em um espaço retangular e vazio, tampouco a escrita como resultado desse processo que lhe seria anterior, mas o dizer sobre a escrita, que se caracteriza como uma escritura, “inscrição que deixa uma marca” (Derrida, 2001a, p.41), e tem o propósito de compreender de que modo a prática da escrita se insere na economia do que temos chamado de discurso universitário-científico (Da Rosa, 2013). Esta reflexão se organiza de modo a possibilitar, primeiramente, um percurso pela noção de discurso universitário-científico; em seguida, um olhar para o modo como procedemos na constituição e na análise do corpus; e, por

fim, uma reflexão sobre os resultados da análise pela ótica da relação entre a escrita e a inscrição do pesquisador na ordem do discurso em questão.

Em torno da escrit(ur)a no discurso universitário-científico

O olhar para a escrit(ur)a no discurso universitário-científico consiste em uma das vias de interpretação possibilitadas por nossa pesquisa de doutorado, na qual estudamos a influência desse discurso na constituição identitária do pesquisador em formação. De caráter inacabado, como se caracteriza todo texto, enquanto “sistema de remissões a outros textos”, nos termos de Foucault (2009), ou como “rede de remessas textuais”, nas palavras de Derrida (2001b), nossa pesquisa dialoga com as discussões que convergem para a problematização da (re)estruturação do ensino superior e do lugar, assim como do papel, da universidade atualmente. É como parte constitutiva desse cenário que abordamos a problemática da escrita, seja enquanto prática social-discursiva, seja como inscrição de si (escritura), o que marca um duplo movimento, ao mesmo tempo, de *retorno a* e de *distanciamento de* nosso trabalho anterior. Neste, caracterizamos o discurso universitário-científico com base em seu funcionamento intervalar, entre a ciência feita e a ciência em desenvolvimento, ancorado em uma memória discursiva que, por sua vez, remonta a diferentes domínios de sentido, como o discurso da ciência, o da universidade, o de divulgação científica, o do senso-comum; domínios estes atravessados pela lógica dominante contemporaneamente, a do discurso capitalista. Além disso, buscamos situar a

problemática do/sobre o discurso científico na esfera acadêmica, local em que esse discurso pode ser entrevisto tanto como produto, quanto como processo. Pensamos, assim, no discurso universitário-científico como um *possível lugar de afirmação e de contestação do discurso da ciência* (Da Rosa, 2013, p.89, grifo nosso).

Não é difícil compreendermos como a escrita, principalmente a chamada escrita científica, contribui para a afirmação e a permanência desse discurso hegemônico, em seu desejo de neutralidade e de objetividade, em seu caráter assertivo e racional, aspectos frequentemente de-

mandados nos textos acadêmicos. Trata-se de uma escrita que se quer superpotente para que possa sustentar de modo adequado um discurso oni(m)potente como o científico, o qual dela depende para que não se veja facilmente seu caráter faltoso e equívoco. É enquanto escrita formalizada, matematizada, “não abstrata, mas puramente lógica” (Lacan, 1992, p.151), ancorada em axiomas e regras, que o discurso da ciência se instaura e é na escrita dita científica que encontra sua principal mantenedora, pelo menos na universidade.

Já para que possamos entender o viés da contestação, é de outra escrita que devemos tratar, a de si, que concerne menos à ciência do que ao sujeito que ela dissimula. A abordagem dessa outra escrita, ou melhor, dessa escritura, foi possível por meio da escuta do dizer dos pesquisadores em formação, participantes de nossa pesquisa. Esse dizer pode ser compreendido enquanto um elemento que permite trabalhar com a falta que está na base do discurso da ciência, pois a própria construção da designação discurso universitário-científico autoriza um movimento do olhar que parte da base, dos bastidores, em direção à estrutura, à cena montada e mostrada, ao mesmo tempo, unindo-os, pois bastidores e cena coexistem.

Para a análise do funcionamento do discurso universitário-científico, tomamo-lo, inicialmente, como uma rede de práticas sociais, cuja ordem restringe, limita ou autoriza aquilo que pode e deve ser dito (Foucault, 2001; 2009), conforme pontuamos já na introdução deste trabalho. Essa rede se ancora em uma memória que atualiza traços de outros discursos, como o da ciência (nesse caso). Porém, como argumenta Foucault (2001; 2009), conceber o discurso apenas como ordem ou dar-lhe um caráter linear e continuamente infinito faz com que se esqueça de sua dimensão de acaso, de dispersão e de acontecimento, que produzem sentidos inesperados, os quais podem ir à contracorrente daqueles já-dados. É preciso, pois, estar atento a essas rupturas múltiplas que deslocam ou potencializam o deslocamento dos sentidos.

Entendemos que o discurso universitário-científico pode se constituir como um desses possíveis pontos de ruptura, enquanto domínio de produção de conhecimento, mas, sobretudo, de saber, pois, para Foucault (2010, p.28), “o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”. Essa concepção de saber pode ser aproximada à visão psicanalítica, quando Lacan (1998, p.883) enfatiza, por meio de uma pergunta retórica, ser “preciso dizer que temos de conhecer outros saberes que não o da

ciência, quando temos que tratar da pulsão epistemológica”, pois Foucault (2013, p.306) afirma, ainda, empregar “a palavra ‘saber’ estabelecendo uma distinção com ‘conhecimento’”, sendo o saber visto como “um processo pelo qual o sujeito sofre uma modificação por aquilo mesmo que ele conhece, ou, antes, por ocasião do trabalho que efetua para conhecer”.

A designação discurso universitário-científico possibilita, assim, que se faça não só dialogar com esses autores em torno da questão do saber, mas também operar a noção lacaniana de discurso, pois nos reenvia a uma de suas quatro modalidades do laço social: o Discurso Universitário. Para Lacan (1992), esse discurso só pode se articular a partir do Discurso do Mestre (da lei, da norma), função desempenhada, em nossos dias, pela ciência, cujo modelo é assumido e reforçado pela universidade, a partir de sua secularização e do advento da ciência moderna. Ainda segundo o autor, uma das características do discurso da ciência é a de não deixar lugar para o homem, logo, é possível observarmos que, ao assumir um modelo científico, a universidade também relega seus integrantes (estudantes, pesquisadores) ao lugar de objeto ou, talvez, a uma promessa de lugar, um *a*-lugar². Além disso, nesse domínio, ao imperativo a tudo saber, que obedece à “fantasia de um saber totalidade”, ainda em termos lacanianos (1992, p.31), aliam-se os ideais do consumo, do mercado e do desejo – enquanto desejo de objetos e não do desejo do outro –, constitutivos do Discurso Capitalista – uma “nova modalidade do Discurso do Mestre” (Quinet, 2002, p.33) –, o que tende a resultar em uma mercantilização cada vez maior da produção científica³.

Contudo, dado o momento histórico-social contemporâneo, Latour (1995, p.76) se questiona se seria possível falarmos de uma “ciência não capitalista”, ou seja, que pudesse ser feita “fora dessa rede de produção desenfreada de enunciados novos”. Ainda que não respondamos a essa pergunta, parece-nos que é nessa rede que se insere a escrita acadêmica, ou melhor, é nessa rede que tal escrita insere o pesquisador, produzido como modo de subjetivação que sinaliza a tensão entre a lei de tudo saber, a qual demanda que sempre se produza algo, a forclusão da dimensão subjetiva desse discurso e, ao mesmo tempo, a injunção para que aí se instaure um “sujeito da ciência” (Lacan, 1998, p.98-99).

² Referimo-nos a um *a*-lugar, devido ao lugar de objeto (*a*) que o sujeito assume no discurso universitário da ciência, tratado pelo saber, segundo Quinet (2002), além de explorarmos a homofonia com há-lugar, enquanto promessa.

³ A esse respeito, conferir Latour (1995) e Lander (2008).

Como sabemos, é sobre a concepção cartesiana de sujeito que se funda essa designação, a qual, de acordo com Lopes (2008, p.250), “nomeia o sujeito cujo modo de constituição é determinado pelo advento da ciência enquanto moderna”. Trata-se, assim, de um sujeito produzido pelo discurso da ciência e potencializado no discurso universitário-científico. Lembramos que é sobre essa concepção que trabalhamos, não para afirmá-la, mas para subvertê-la, pois, neste estudo, relacionamos a noção de sujeito à de *ipseidade*, a qual não se define pela intencionalidade do (dizer) “eu penso” nem pela causalidade do pensar.

Frente aos dizeres que analisaremos, a cada vez que escutarmos “eu”, devemos fazer trabalhar a divisão lacaniana: “penso: ‘logo existo’” (Lacan, 1998, p.879), na qual não se pode afirmar que se trata do mesmo “eu” (je/moi) em “penso” e em “existo”. Há uma divisão (formalizada, na reescrita lacaniana do cogito, pelos dois pontos), que nos assegura que o ser/existir não está do mesmo lado do pensar, mas no daquilo que é dito (marcado, aqui, pelas aspas simples). Assim, o eu que pensa e que diz, sujeito da consciência, não equivale ao sujeito do inconsciente nem ao da enunciação⁴ (voltaremos a esse ponto).

Além de marcar essa descontinuidade pela divisão, na formulação lacaniana, o elemento que indica causalidade, “logo”, não está do lado do “eu” que pensa, o que permite afirmar que este não está ligado à causa, mas se constitui como efeito. Nos termos de Mendelsohn (2010), essa formulação marca o retorno de Lacan a Aristóteles, para situar o estatuto da verdade na ciência enquanto causa formal, pois

A verdade toma forma na ciência na medida em que esta nomeia, classifica e define tudo o que existe [...]. Quanto à psicanálise, ela teria uma outra relação com a verdade, porque acentua seu papel de causa material: das quatro causas aristotélicas, é a mais inacessível, a menos conhecível, a mais opaca, embora seja a mais presente (Mendelsohn, 2010, p.156).⁵

⁴ Para um diálogo mais estreito com o pensamento de Foucault, lembramos que, segundo o autor, o discurso “não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (Foucault, 2009, p.61).

⁵ Tradução nossa para: «La vérité trouve forme dans la science dans la mesure où celle-ci fait œuvre de nommer, classer et définir tout ce qui est [...] La psychanalyse aurait quant à elle un autre rapport à la vérité, parce qu'elle en accentue le rôle de

Herdeira do cartesianismo e veiculando sua verdade enquanto causa formal, a ciência, conforme Milán-Ramos (2007, p.21), não quer saber do saber inconsciente, ancorando-se em variados “procedimentos de cancelamento do sujeito”. Nesse discurso, como pontuamos em nosso trabalho de tese, não somente as dimensões da enunciação e do processo de produção do conhecimento tendem a ser silenciadas, mas também o desejo investido nesse fazer, de modo que os traços mais intrínsecos do sujeito do inconsciente são relegados ao esquecimento no ideal de sujeito da ciência, o qual se apresenta como desprovido de falta e, conseqüentemente, de desejo.

Na síntese dos matemas lacanianos oferecida por Passone (2013), lemos que:

todo laço social que trata o outro como escravo, ou um saber-produzir, insere-se no discurso do mestre; todo discurso que trata o outro como objeto retrata o discurso universitário; e todo laço social que trata o outro como consumidor e objeto de consumo inscreve-se na lógica do mestre moderno, o capitalismo (Passone, 2013, p.58).

Essas definições podem nos auxiliar a refletir sobre o modo de operação do discurso universitário-científico, contanto que não as tomemos isoladamente. Experimentemos, então, conceber uma economia discursiva que as articule, ou seja, um discurso no qual o outro ocupe tanto o lugar de quem executa um trabalho, um saber-produzir, quanto o de quem é, por meio desse trabalho, objetificado ou transformado em sujeito produtivo, que, como tal, deve (se) consumir. Ora, se nos perguntarmos de que modo a escrita acadêmica se insere nessa maquinaria, podemos facilmente perceber que ela é o que se produz, o que se é instado a produzir; de modo mais amplo, porque a ciência (ou, diríamos, o *ideal de ciência*) é vista como uma escrita com linguagem própria, segundo Koyré (1991), de modo mais pontual, porque, como veremos nos recortes analisados, escrita e publicação, assim como publicação e produção, funcionam em uma relação de quase-sinonímia no discurso universitário-científico. Escrever é produzir.

Ainda de acordo com Mendelsohn (2010), é na causa material, rejeitada pela ciência, que Lacan sustenta a linguagem, enquanto estrutura

cause matérielle: des quatre causes aristotéliennes, c'est la plus inaccessible, la moins connaissable, la plus opaque, bien que la plus présente».

simbólica – o que nos permite tratar de sua opacidade, de sua intangibilidade, uma vez que esta transgride os limites do signo, não nos oferecendo um significado já-dado, atrelado ao significante⁶–, bem como o “nó” que causa e divide o sujeito e que o deixa “às voltas com a incompletude e com a experiência que dela decorre, difícil de sustentar, de uma alteridade interna, de uma ‘extimidade’”⁷ (Mendelsohn, 2010, p.157). Essa concepção de linguagem faz falhar a pretensão totalizante, porque supostamente inequívoca, do discurso e da escrita científica. Tal concepção de sujeito também é cara a muitos dos estudiosos que se vinculam, de um modo ou de outro, aos estudos da linguagem a partir de uma escrita de si, pois, como sabemos, o sujeito não se resume ao *eu* estável que enuncia, sendo sempre outro/estrangeiro a si mesmo (Kristeva, 1994; Ricoeur, 1990) e funcionando pelo adiamento, na *différance*, enquanto “impressão que insiste através do sentimento instável de uma figura móbil, de um esquema ou de um processo in-finito ou indefinido” (Derrida, 2001a, p.44).

Derrida (2001a) se refere com tais palavras à noção de arquivo. Contudo, deslocamo-las para circunscrevermos a noção de sujeito em seus estudos, não só porque os chamados “quase-conceitos” derridianos funcionam em rede, eventualmente se substituindo de modo oblíquo e não-sinonímico, mas também porque há um elo perceptível, nas próprias palavras do autor, entre ambas as noções, já que a ideia de instabilidade, mobilizada para falar de arquivo, perpassa também a concepção de sujeito esboçada a seguir, a partir das teses freudianas. Ao abordar a contribuição destas para seu pensamento, o filósofo enfatiza que,

em lugar de um sujeito consciente de si mesmo, respondendo soberanamente por si mesmo perante a lei, pode-se utilizar a idéia de um “sujeito” dividido, diferenciado, que não seja reduzido a uma intencionalidade consciente e egológica. E de um “sujeito” que instala progressivamente, laboriosamente, sempre imperfeitamente, as condições *estabilizadas* – quer dizer, não naturais, essencialmente e para sempre *instáveis* – de sua autonomia: sobre o fundo inesgotável e invencível de uma heteronomia (Derrida; Roudinesco, 2004, p.211, grifos nossos).

⁶ Segundo Lacan (1998, p.890), “Essa causa material é, propriamente, a forma de incidência do significante como aí eu defino. Pela psicanálise, o significante se define como agindo, antes de mais nada, como separado de sua significação”.

⁷ Tradução nossa para: «qui laisse le sujet aux prises avec l’incomplétude et l’expérience qui en découle, difficile à soutenir, d’une altérité interne, d’une ‘extimité’».

Chamamos a atenção para o fato de que, embora colocando em jogo uma concepção que se aproxima à noção de sujeito advinda da psicanálise, o autor marca (entre aspas) tal noção, talvez, como uma forma de sinalizar ao leitor que “dispor de um conceito, ter segurança sobre seu tema é supor uma herança fechada e a garantia selada de alguma maneira por esta herança” (Derrida, 2001a, p.47). As aspas, nesse caso, marcam, mais do que a citação de um conceito, a possibilidade de excedê-lo, de ultrapassar seus limites, de diferenciá-lo. Derrida, a partir do lugar que assume, como amigo da psicanálise, desconfiada noção de sujeito, assim como o faz Foucault. Logo, o que esses autores praticam, no âmbito conceitual, é uma forma de escritura, a favor e contra os textos lidos, deixando neles a marca/impressão (*empreinte*) de outras leituras.

É também uma escrit(ur)a desconfiada que procuramos desenvolver aqui, pois somos herdeiros do discurso universitário-científico e sujeitos ao paradoxo implicado na herança, que requer não só sua recepção ou afirmação, mas também sua transformação. Tal herança não nos assegura nenhuma garantia, mas permite conceber a (nossa própria) escrita e o discurso científico como inscritos “na ordem do repetível, mas também do transformável ou, até mesmo, do questionável” (Da Rosa, 2013, p.88).

Frente ao corpus ou o fim da escrit(ur)a

Antes de explorarmos os recortes aqui apresentados, vamos nos deter brevemente no modo como procedemos na constituição do corpus de nosso estudo, o qual foi composto por vinte e uma entrevistas orais semidiretivas. Os participantes, denominados pesquisadores em formação, são estudantes de doutorado em instituições públicas de ensino superior localizadas no Estado de São Paulo e inscritos em diferentes disciplinas vinculadas aos campos das Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. A questão proposta aos interlocutores como desencadeadora dos relatos foi a seguinte: “eu sei que você desenvolve um trabalho de pesquisa, vinculado a um curso de doutorado e gostaria que você me falasse sobre como você vê esse processo de formação e como você se vê como pesquisador nesse processo”. Supúnhamos que esse falar de si variasse, de acordo com a área em que os participantes estivessem inscritos, o que ocorreu, mas de forma menos significativa do que o esperado, sugerindo que as relações de poder-saber em que estes se inserem estão além ou aquém

dos domínios disciplinares. Essas entrevistas foram por nós gravadas e transcritas para a finalidade da análise, o que implica no fato de que a transcrição, da qual foram extraídas as sequências aqui analisadas, por consistir em uma transposição da fala à escrita, caracteriza-se como uma outra materialidade, já atravessada pela interpretação, não representando nem reproduzindo a fala.

Os recortes que analisamos neste estudo compreendem a temática da escrit(ur)a no processo de formação para a pesquisa científica. Tais excertos foram formulados por seis participantes, aqui identificados por nomes fictícios. Quando da interlocução, André era pesquisador em formação na área de Linguística Aplicada, Márcia, em Linguística, Paulo, em Química, Raquel, em Ciências Biomédicas, Carolina e Joana, em Ciências Biológicas.

Podemos dizer que, se os excertos que se seguem são marcados por um mal-estar, este não é o da escrita propriamente dita, ou da escrita mal escrita, como já pontuou Uyeno (2010). Nesse caso, entendemos que, se esse mal-estar existe, é concernente ao processo de formação, à necessidade de tomar parte no funcionamento do discurso universitário-científico, por meio da escrita acadêmica. Vejamos o primeiro recorte.

R1)eu cumpri os créditos/ agora eu já tô escrevendo né/ mas/ assim/ já/ geralmente é texto mais pontual// a::/ vou participar nesse evento e tal/ vou fechar e depois cê vai incorporando na tua tese né// tentando/ conciliar participação em evento e já o texto da tese/ pra não ficar escrevendo/ porque não é// pra mim não é fácil escrever um parágrafo [riso] (Márcia).

Em R1, podemos notar que a escrita é, inicialmente, (de)negada, pois, apesar de Márcia afirmar que “já” está escrevendo, em uma formulação na qual a marca de antecipação temporal (“já”) sinalizaria uma relação harmônica, rápida, sem muitos problemas, essa escrita não parece ser a ideal, como indica o marcador discursivo de contradição (“mas”), pois se trata de textos “pontuais”, direcionados e significados como uma forma de ação mais imediata, a de cumprir uma demanda institucional que parece pertencer a uma ordem disciplinar, qual seja, a de dar-a-ver seu trabalho em eventos acadêmicos.

A partir dos moldes do discurso universitário-científico, a interlocutora reformula, de modo hesitante, seu dizer (né/ mas/ assim/ já/ [...]//

a::/), talvez porque acredita não estar “escrevendo” (em uma dimensão em que escrita apontaria para um processo), mas “produzindo”, ou seja, direcionando essa prática a eventos pontuais, por meio de textos unos, fechados. Trata-se de uma escrita que seria não só fragmentada para atender a exigências mais imediatas do discurso universitário-científico, mas também descarnada *a priori*, posto que é *só-depois* que essa prática fragmentária “vai [se]incorporando”, tomando corpo, na (forma de) tese, como indiciam os marcadores “agora” e “depois”. Se há essa demanda imediata, deve haver um modo de satisfazê-la, e é nesse movimento de obediência a uma série linear de etapas (cumprir créditos, ir a eventos, fazer a tese) que o pesquisador em formação se inscreve, desenvolvendo *estratégias de conciliação* que lhe permitam atender tais solicitações e, ao mesmo tempo, “não ficar escrevendo”, uma vez que esta é uma tarefa considerada difícil. Notamos, já nesse primeiro recorte, que a problemática da escrita acadêmica não concerne só ao gesto de escrever, mas à relação conflituosa com seu produto fechado (“texto mais pontual”, “texto da tese”) e seu direcionamento ao outro: o que se escreve? Para que(m) se escreve?

Podemos dizer que é a partir da injunção a responder com uma escrita que a pesquisadora enuncia o papel que tenta desempenhar nessa ordem, escrevendo sem (se) escrever, já que seu objetivo é o de “não *ficar* escrevendo”. Notamos, nessa formulação, que o verbo “ficar” sugere uma permanência, uma demora que deve ser evitada. Esse efeito de sentido aponta para um modo de subjetivação constituído pelo aqui/agora, adequado ao imediatismo e aparelhado de acordo com o imperativo do discurso capitalista na maquinaria universitária. Em outros termos, *tempo é dinheiro*, não se deve desperdiçá-lo. É também sobre a questão do tempo, atrelada à dificuldade com a escrita, pontuadas por Márcia, que André discorre no fragmento a seguir.

R2)eu não venho da área de letras então eu não tenho essa destreza de escrita que a galera tem né// é::: então/ eu/ levo muito mais tempo/ releio reescrevo aquilo/ que talvez um aluno que tenha um/ imaginariamente não sei/ uma prática de escrita muito maior que a minha// [...] então eu ainda não tenho uma// uma imagem de um bom escritor ainda/ e [...] falta muito pra eu chegar lá/ né/ e escrever textos bons/ pra serem publicados (André).

Se, por um lado, Márcia afirma “já” escrever, André argumenta que “ainda” não se sente apto a tal prática, encadeando uma série de escusas, ao afirmar seu não pertencimento à área de Letras, sua falta de prática ou de “destreza”, sua necessidade de releitura e de reescrita, o que envolve “muito mais tempo”. Pelo que o recorte indica, a imagem de um bom pesquisador estaria ligada à possibilidade de escrever textos bons em pouco tempo, o que, indubitavelmente, indicaria sua eficiência e competência. Essa é, afinal, a imagem que temos de um bom profissional: aquele que faz um bom serviço em pouco tempo (e com baixo custo, poderíamos acrescentar). As escusas de André parecem tentar eximi-lo (ou redimi-lo) de uma culpa por não ser esse “bom escritor”, de acordo com os padrões universitário-científicos. Contudo, como destaca Derrida (2004, p.67), “longe de apagar a culpa, longe de levar ao ‘sem-falta’ ou ao ‘sem-defeito’, as desculpas acrescentam, engendram e aumentam a culpa. [...] A culpa é, portanto, uma inscrição *indelével*” na constituição desse sujeito. Além disso, a formulação “falta muito pra eu chegar [lá]”, recorrente em outros dizeres do corpus analisado em nossa tese, pode ser atribuída a uma imagem de pesquisador ou, nesse caso, de quem escreve, que

pressupõe a completude, já que, nesse lugar [lá], haveria menos falta. Assim, ‘falta muito pra eu chegar nesse status’⁸ pode indiciar não só o percurso que precisa ser percorrido, mas também o quão faltoso o pesquisador em formação acredita ser; já que é por haver muita falta (‘falta muito [em mim] pra eu chegar nesse status’) que este não se considera ainda pesquisador (Da Rosa, 2013, p.145-146, grifos da autora).

É um modo de funcionamento análogo que o dizer em questão mobiliza. Reformulando, ainda uma vez esse dizer, a fim de explorar seus sentidos possíveis, “falta muito para” pode significar que é preciso muito mais tempo ou, então, que falta muito tempo para que se alcance uma boa escrita, nesse caso, sem desconsiderar-se que o tempo, assim como o sujeito, também é faltante. Nesse sentido, não seria de todo falso (embora, talvez, imprudente) afirmarmos que a escrita acadêmica sofre de um mal de ser e de tempo, pois, de acordo com Draï (2006),

⁸ São termos de outra participante, Joana, em seu relato.

o mal-estar na pesquisa científica contemporânea [...] se explica sem dúvida pelo desconhecimento dessas espécies de ritmos, como se uma atividade qualquer do espírito, que se exerça individual ou coletivamente, pudesse ignorar essas fases de latência, ou mesmo de lassidão, em suma, como se o inconsciente não existisse e o espírito humano fosse consciência pura, total, absoluta, inesgotável⁹ (Draï, 2006, p.64).

Esse cancelamento do tempo e do sujeito, que produz o mal-estar no discurso universitário-científico, encontra na escrit(ur)a uma de suas vias de manifestação, reforçado pelo imaginário segundo o qual escrever se caracteriza como um trabalho técnico (que exige “destreza”, portanto, agilidade, desenvoltura, treino, adestramento). Desse modo, a escrita não é vista como uma forma de produção de saber, na qual um sujeito se implica e deixa sua marca. Pelo contrário, tal fazer é comumente apresentado como um ato mecânico, e o pesquisador, confrontado com a linguagem que se lhe mostra densa, espessa, não manipulável como um objeto, atribui a si mesmo uma falha, vendo-se como faltante diante da ilusoriamente plena e superpotente escrita da ciência, já que “textos bons” são retomados metonímica e quase-sinonimicamente, no dizer de André, por seu endereçamento ou sua finalidade: “para serem publicados”. É em contraposição a esse fim da escrit(ur)a que se manifesta Joana no excerto seguinte.

R3) eu gosto de aprender coisas novas eu gosto de ensinar coisas mas não em si da publicação/ eu acho muito chato escrever artigo/ ficar sentada na frente do computador não é pra mim/ eu gosto mais de/ de ação de/ eu gosto de ver os resultados/ mas/ a escrita pra mim é ruim// escrever tanto relatório como/ artigo/ pra mim é mais sofrido/ obviamente quando você escreve você/ consegue ver melhor/ os resultados/ mas eu tenho uma dificuldade muito grande que vem/ desde pequena/ com o português/ e línguas em geral/ e isso/ tem/ aí eu tenho uma aversão a ficar sentada pra escrever// então quando eu vou fazer relatório ou escrever um artigo eu tenho que/ demorar um tempo maior porque/ eu não tenho paciência/ eu

⁹ Tradução nossa para: «Le malaise dans la recherche scientifique contemporaine [...] s'explique sans doute par la méconnaissance de ces sortes de rythmes, comme si une activité quelconque de l'esprit, qu'elle s'exerce individuellement ou collectivement, pouvait ignorer ces phases de latence, ou même de lassitude; bref comme si l'inconscient n'existait pas et que l'esprit humain était conscience pure, totale, absolue, inépuisable».

paro/ tenho que parar/ muitas vezes/ e/ não consigo ficar ali/ prestando atenção/ então fica mais complicado pra mim// mas/ eu acho que publicar/ é uma coisa importante porque/ pro/ mundo conhecer o seu trabalho/ pra conhecer os resultados (Joana).

Observemos que, nesse recorte, trata-se da escrita como mais uma exigência institucional, característica de um processo de formação que possui um lado “bom” (aprender, ensinar, ter resultados) e um lado “ruim” (escrever). Estática, entediante, demorada e sofrida, contrapondo-se à ação presente no ensino/aprendizagem e na relação com os resultados da investigação científica, a escrita não é vista como forma de ensinar ou aprender nem como um resultado possível (exceto pela ressalva: “obviamente quando você escreve você/ consegue ver melhor/ os resultados/ mas”, a qual poderia indiciar uma escritura, uma forma de *se* escrever e de *se* ver melhor, mas que perde sua força pelo marcador de contraste que a encerra). Ela é, ao contrário, um meio ou uma ferramenta para ver os resultados, para mostrá-los e para se dar-a-ver ao outro (“pro mundo conhecer o seu trabalho”), atuando no efeito de vitrine que sustenta o discurso da ciência (Da Rosa, 2013).

Ademais, a escrita parece ser tomada como forma de re(a)presentar, *a posteriori*, os resultados obtidos, não os constituindo, mas se descolando destes, descrevendo-os, relatando-os a alguém externo ao processo. É esse endereçamento ao outro (não só o outro sujeito, mas o Outro que se materializa na relação com as línguas) que parece caracterizar um sofrimento, uma dificuldade, uma complicação. Isso porque, se é a escrita que permite ver melhor o trabalho e fazer com que o mundo o veja (e veja também o pesquisador), podemos afirmar que o desconforto, a recusa ou a escusa na relação com a escrita advêm de uma impossibilidade de fazer coincidir a experiência do processo de formação, ou seja, a escrita de si no/ pelo conhecimento, enquanto experiência ou saber, nos termos foucaultianos, com o formato esperado da escrita institucionalizada: “a escrita pra mim é ruim// escrever tanto relatório como/ artigo/ pra mim é mais sofrido”. É uma impossibilidade, diríamos, de ajustar esse processo a uma ordem narrativa; dificuldade não apenas de dar contornos à experiência do saber, mas de fazê-lo nos moldes de uma escrita depurada, engessada e burocrática.

Frente a esse e aos dizeres anteriores, podemos afirmar que essa problemática não se resume ao conflito particular, consigo mesmo (como acre-

ditam os interlocutores) ou com a língua. Trata-se, antes, de uma relutância a tomar parte em um modo de funcionamento no qual, segundo Quinet (2002, p.34), “o sujeito dividido como produto da ciência, resto do saber científico, é também aquele que é excluído por ela”. São nesses pequenos traços de si, mostrados, principalmente, na negação e na recusa a escrever (no não gostar) ou na necessidade enfatizada da demora (“eu levo muito mais tempo”, segundo André, ou “eu paro/ tenho que parar”, nos termos de Joana) que se ancora a economia de uma escritura que funciona enquanto *phármakon* (Derrida, 2005), remédio e veneno, dentro e contra o discurso universitário-científico; rastro ou inscrição de si que potencializa “um ato de resistência, embora inconsciente: resistência ao anonimato [...], ao silenciamento, ao esquecimento”, segundo Coracini (2010, p.27), da dimensão subjetiva. No que concerne a esse aspecto, observemos, a seguir, o dizer de Raquel.

R4)pra mim é muito angustiante/ eu acho assim que nem só pelo fato de publicar/é::/ não é só pelo/ precisar publicar/ meu/ precisar publicar é mais além porque/ pra eu defender eu tenho que tá com o artigo aceito/ então o meu programa já me pressiona a publicar// então pra mim/ eu começo meio que a arrancar os cabelos/ porque eu sou bem desesperada/ sabe/ bem ansiosa/ então eu já começo a pensar/ meu deus/ já tô no segundo ano do doutorado e meu negócio não vai pra frente/ eu tenho que ter resultado/ eu tenho que defender/ eu tenho que publicar (Raquel).

Como é possível assinalar nos termos dessa pesquisadora, o elemento desencadeador do mal-estar não é a necessidade da escrita, tampouco a de torná-la pública, mas a do reconhecimento da validade do que se fez por instâncias inscritas em um âmbito de práticas discursivas específicas (por isso, “precisar publicar é *mais além*”). O conflito com a escrita advém de uma imposição institucional para que esta seja avaliada e “aceita”, o que implica uma adequação a uma ordem de discurso. Observemos, contudo, que os termos escrever ou escrita sequer fazem parte do dizer supramencionado, uma vez que, já naturalizados no discurso universitário-científico, publicar está para escrever, assim como publicação está para escrita, em uma relação de quase-sinonímia, na qual os termos podem ser facilmente intercambiáveis ou inscritos sob o mesmo selo da “produção acadêmica”, já que tanto um quanto o outro perdem seu caráter singular de processo, de experiência, de saber.

É esse deslizamento de significantes (e de sentidos) que nos permite afirmar que o mal-estar ou que o grande problema da escrita acadêmica não está no gesto de escrever ou nas dificuldades que os alunos ingressantes nesse meio possuem no trato com a língua. Também não acreditamos estar diante de um desconhecimento dos gêneros textuais acadêmico-científicos por parte dos entrevistados. Mais do que “o que escrever?”, a inquietação que permanece está ligada à “para que ou para quem escrever”: qual é o fim da escrit(ur)a? Para inserirmos essas questões na economia do discurso universitário-científico, atentemos para o dizer de Paulo.

R5)eu vejo por mim e vejo também pelos meus colegas essa/ essa preocupação em/ fazer um doutorado/ ter resultados bons/ poder publicar né// publicar tá contando um::/ tá contando bastante/ bastante e// é algo até meio perigoso porque você.../ só se fica olhando pra/ resultado que é bom/ né/ que/ a::/ deu um rendimento bom/ ou deu.../ aquele material que eu preparei tem características boas/ pode ser comercializável/ enfim (Paulo).

Em R5, além da relação de quase-sinonímia no deslocamento de escrever para publicar, atua o imperativo por (bons) resultados e por sua publicação, presentes também nos outros recortes já discutidos, o que nos permite revisitar a problemática da demanda pela “produção desmesurada de novos enunciados”, como coloca Latour (1995), no excerto que citamos anteriormente. Mais do que fornecer resultados, a pesquisa científica deve gerar bons produtos, que, por sua vez, devem ser tornados públicos, mostrados, dados a ver, em um funcionamento espetacularizado. No entanto, podemos questionar quais critérios seriam empregados na caracterização de um resultado como bom e/ou se a escrita, por/em si mesma, poderia ser concebida como um bom resultado.

Ao encontro dessa indagação, uma possível resposta é formulada por Paulo em seu relato. Trata-se de considerar se a pesquisa “deu um *rendimento bom*” ou se “*pode ser comercializável*”. Tal excerto nos permite observar a relação cada vez mais próxima entre universidade e mercado, produção de conhecimentos e produção de bens de consumo, imbricação, portanto, entre os discursos universitário-científico e capitalista. Desse modo, o conhecimento advindo do processo de pesquisa deve ser avaliado e legitimado por sua eficácia, sua rentabilidade, sua possibilidade de

comercialização. Resumidamente, o suposto *bom resultado* é aquele passível de se tornar um produto consumível e, por que não, descartável. Seguindo a lógica desse funcionamento, talvez se deva a isso a insistência em não se perder muito tempo, em não se demorar no processo de escrita, o que sugere uma instrumentalização desta (e da língua) para a reafirmação do controle constante do/no âmbito universitário-científico, “cujo objetivo passa a ser a transformação rápida de conhecimentos e informações científicas e técnicas em novos valores mercadológicos”¹⁰ (Laperche, 2003, p.117).

No recorte a seguir, o dizer de Carolina, embora se direcione para fora desse ciclo, mostrando-se mais voltado para o campo do processo de formação e da experiência da escrita, permite-nos um último questionamento sobre os modos de subjetivação engendrados pelo discurso universitário-científico.

R6)eu acho que agora tem um pouco mais de cumplicidade/ e/ eu me sinto/ mais/ ã::/ mais humana/ não tão máquina/ não tão.../ vamos produzir! o/ o meu mestrado era mais assim/ por produção/ seja uma máquina/ produza, produza/ tenha artigos e assim você vai ser feliz [riso] (Carolina).

Considerando que dizeres como esse são recorrentes e podem ser caracterizados como uma regularidade desse discurso, poderíamos apontar para indícios de uma reconfiguração nos modos de subjetivação contemporaneamente, ou seja, o sujeito estaria hoje sendo significado “como um sistema de processamento de informação – fruto do cognitivismo –, diríamos: um sujeito mais próximo da ideia [sic] de máquina”, como concebe Sanada (2004, p.186). É essa imagem do pesquisador como um sistema de processamento ou de conversão de resultados em escrita que Carolina mobiliza cínica ou ironicamente, como indica o riso ao final do recorte. Primeiro, porque sugere a incredulidade frente a esse imperativo e, segundo, porque a associação entre seja uma máquina e seja feliz é paradoxal. Carolina afirma que seu momento atual, o de pesquisa no doutorado, é regido por essa lógica, mas em menor intensidade (*um pouco mais* de cumplicidade [...] *não tão* máquina), o que a faz se sentir

¹⁰ Tradução nossa para: «dont le but devient la transformation rapide des connaissances et des informations scientifiques et techniques en nouvelles valeurs marchandes».

mais “humana”, mas também cúmplice. Se explorarmos os efeitos de sentido desse dizer, podemos observar que a cumplicidade se atrela a uma ação conjunta contrária a uma lei, a uma ordem (de discurso), o que nos permite pensar que a recusa ou a não participação na lógica dos resultados, na produção desenfreada de enunciados novos, potencializa uma cumplicidade enquanto resistência - nos termos de Coracini (2010) supramencionados - a essa maquinaria discursiva. E esse parece ser o fio que une os dizeres aqui discutidos.

Considerações finais

O discurso universitário-científico tem sido marcado não só pela tirania do conhecimento, que exige, a qualquer custo, a obediência ao mandamento desse saber, enquanto ordem que se apresenta como a verdade da ciência, mas também pela objetificação, pela mercantilização e pela anulação da dimensão subjetiva. Nesse sentido, Foucault já havia alertado que “‘libertemos a pesquisa científica das exigências do capitalismo monopolista’ é talvez um excelente slogan, mas não será jamais nada além de um slogan” (Foucault, 2010, p.142). Entendemos, no entanto, que é aí que deve incidir uma escrita¹¹ que perturbe e questione essa ordem, um falar de dentro que funcione como possibilidade de ruptura e de descontinuidade, de modo que o discurso universitário-científico também possa possibilitar a emergência de um saber que resiste, que questiona, que não trabalha de acordo com o imperativo do mestre moderno.

Se acreditamos nessa possibilidade e na de que, por meio da produção de conhecimento, o sujeito possa conhecer e produzir a si mesmo, é porque tomamos a escrita como uma escritura ou uma experiência, como sendo “qualquer coisa de que se sai transformado” (Foucault, 2013, p.289). Se os ruídos que analisamos se fazem ouvir, é porque não passaram pelo filtro que depura a voz e a escrita da ciência. Assim, para potencializarmos uma escritura no âmbito acadêmico, é preciso querer escutá-la, mas, sobretudo, praticar a escrit(ur)a como experiência, como possibilidade de mudar a si mesmo e não mais pensar da mesma forma.

¹¹ Em termos psicanalíticos, talvez, diríamos uma histericização do discurso, na medida em que o Discurso da Histérica interroga o significante mestre.

Referências

- BONINI, Adair; FIGUEIREDO, Débora C. *Letramento e escrita acadêmica: uma experiência com o artigo de pesquisa*. In: TFOUNI, Leda. V. *Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.121-142.
- CORACINI, Maria José. *Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar*. In: ECKERT-HOFF, Beatriz; CORACINI, Maria José. (Org.). *Escrit(ur) a de si e alteridade no espaço papel-tela*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.17-50.
- DA ROSA, Marluza. *O discurso universitário-científico na contemporaneidade: marcas e implicações na constituição identitária do pesquisador em formação*. 2013, 251 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000904523>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Trad. Cláudia Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001b.
- DERRIDA, Jacques. *Papel-máquina*. Trad. Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Diálogos. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FIAD, Raquel. S. *A escrita na universidade*. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p.357-369. 2ª parte 2011. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE2/14v.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Conversa com Michel Foucault*. In: BARROS DA MOTTA (Org.). *Ditos e escritos*, v.VI. Trad. Ana Lúcia Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2013, p.289-347.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Trad. Márcio Ramalho. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

Marluza T. da Rosa

LACAN, Jacques. *O seminário. Livro 17: o avesso da psicanálise*. Trad. Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. *A ciência e a verdade*. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.869-892.

LANDER, Edgardo. *La ciencia neoliberal. Tabula Rasa*. Colômbia, Bogotá, n.9, jul.-dez. 2008, p.247- 283.

LAPERCHE, Blandine. *Les critères marchands d'évaluation du travail scientifique dans la nouvelle économie: l'ascience comme «force productive» et «outil marketing»*. *Innovations*. 2003/1, n.17, p.105-138. DOI: 10.3917/inno.017.0105.

LATOURET, Bruno. (1991). *Jamais fomos modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LOPES, Rosa Guedes. *Quem é o sujeito da psicanálise? Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v.40.2, 2008, p.249-272.

MENDELSON, S. *Foucault avec Lacan: le sujet en acte*. *Filozofski vestnik, Letnik XXXI, Stevilka 2*, p.139-169, 2010.

MILÁN-RAMOS, J. Guillermo. *Passar pelo escrito: Lacan, a psicanálise, a ciência*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

PASSONE, Eric. F. K. *Fracasso na implementação de políticas educacionais: sintoma e emergência do sujeito*. *Estilos da clínica*. São Paulo, v.18, n.1, jan./abr. 2013, p.53-70. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/59460/62627>>. Acesso em: 29 maio 2014.

PEREIRA, Marcos Villela. *A escrita acadêmica – do excessivo ao razoável*. *Revista Brasileira de Educação*, v.18, n.52 jan.-mar., 2013, p.213-244. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/13.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

QUINET, Antonio. *A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade*. In: QUINET, Antonio et. al. (Org.). *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Edições Germinal: Goiânia, Goiás, 2002, p.31-39.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

UYENO, Elzira. *Escrita mal escrita ou mal-estar da escrita? A inelutável escrita de si*. In: ECKERT-HOFF, Beatriz; CORACINI, Maria José (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade de no espaço papel-tela*. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p.121-136.